

# **Demonstrações contábeis intermediárias**

1º Trimestre/2021

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO.....	8
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	9
NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	10
NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	11
NOTA 5 - CONTAS A RECEBER.....	12
NOTA 6 - ESTOQUES.....	13
NOTA 7 - OUTROS VALORES E BENS.....	13
NOTA 8 - INVESTIMENTOS .....	19
NOTA 9 - IMOBILIZADO.....	19
NOTA 10 - INTANGÍVEL .....	21
NOTA 11 - PASSIVO CIRCULANTE .....	22
NOTA 12 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE .....	26
NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	34
NOTA 14 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	35
NOTA 15 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO .....	39
NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS .....	41
NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQUENTES.....	41

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	NOTA	31/03/21	31/12/20
<b>Circulante</b>		<b>4.070.487</b>	<b>3.655.642</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>3</u>	598.885	572.954
Títulos e valores mobiliários	<u>4</u>	9.295	10.565
Contas a receber	<u>5</u>	3.048.964	2.785.516
Estoques	<u>6</u>	48.883	46.706
Outros valores e bens		364.460	239.901
Convênio Postal Saúde	<u>7.1</u>	1.020	1.217
Adiantamento de pessoal	<u>7.2</u>	82.780	43.985
Impostos e encargos sociais a compensar	<u>7.3</u>	157.785	134.071
Cobrança jurídica/inadimplência	<u>7.4</u>	4.524	4.358
Outros créditos	<u>7.5</u>	118.351	56.270
<b>Não circulante</b>		<b>10.753.853</b>	<b>10.435.075</b>
Realizável a longo prazo		2.744.155	2.404.834
Aplicações	<u>3.3</u>	343.498	6.072
Tributos diferidos	<u>15.1.1</u>	876.267	887.363
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	<u>7.6</u>	125.895	120.643
Tributos a compensar	<u>7.7</u>	1.289.529	1.286.042
Convênio Postal Saúde	<u>7.1.1</u>	100.000	100.000
Outros	<u>7.8</u>	8.966	4.714
Investimentos		1.006.612	1.006.185
Propriedades para investimento	<u>8.1</u>	1.005.552	1.005.125
Museu	<u>8.2</u>	1.060	1.060
Imobilizado		6.971.639	6.987.585
Imóveis	<u>9</u>	3.842.171	3.850.529
Móveis	<u>9</u>	1.458.451	1.503.080
Imóveis - direito de uso	<u>9.1</u>	1.667.679	1.631.917
Móveis - direito de uso	<u>9.1</u>	3.338	2.059
Intangível	<u>10</u>	31.447	36.471
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14.824.340</b>	<b>14.090.717</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS**  
**1º TRIMESTRE/2021**  
**R\$ MILHARES**

**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	NOTA	31/03/21	31/12/20
<b>Circulante</b>		<b>4.157.384</b>	<b>4.276.674</b>
Fornecedores	<a href="#">11.1</a>	871.084	989.353
Salários e consignações	<a href="#">11.2</a>	964.004	989.835
Encargos sociais	<a href="#">11.3</a>	169.697	243.878
Impostos e contribuições	<a href="#">11.4</a>	157.603	186.149
Arrecadações e recebimentos	<a href="#">11.5</a>	50.987	44.821
Adiantamentos de clientes	<a href="#">11.6</a>	4.779	10.766
Contas internacionais	<a href="#">11.7</a>	124.536	112.181
Precatórios	<a href="#">11.8</a>	230.084	188.763
Empréstimos e financiamentos	<a href="#">11.9</a>	413.268	266.107
Receitas a apropriar	<a href="#">11.10</a>	27.085	36.630
Benefício pós-emprego	<a href="#">12.1</a>	359.845	508.939
Convênio Postal Saúde	<a href="#">11.11</a>	135.996	158.305
Obrigações trabalhistas	<a href="#">12.3</a>	256.678	176.781
Arrendamento	<a href="#">9.1.1</a>	326.165	310.414
Outros débitos	<a href="#">11.12</a>	65.573	53.752
<b>Não circulante</b>		<b>9.431.935</b>	<b>8.864.303</b>
Empréstimos e financiamentos	<a href="#">11.9</a>	-	30.379
Benefício pós-emprego	<a href="#">12.1</a>	5.858.090	5.727.784
Tributos diferidos	<a href="#">15.12</a>	408.029	407.531
Precatórios	<a href="#">11.8</a>	21.340	22.864
Obrigações trabalhistas	<a href="#">12.3</a>	989.705	623.950
Arrendamento	<a href="#">9.1.1</a>	1.444.019	1.406.936
Provisões para contingências	<a href="#">12.2</a>	709.479	643.024
Outros	<a href="#">12.4</a>	1.273	1.835
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.235.021</b>	<b>949.740</b>
Capital	<a href="#">13.1</a>	3.382.514	3.382.514
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	<a href="#">13.2</a>	20.944	20.944
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	<a href="#">13.3</a>	3.341.578	3.341.213
Outros Resultados Abrangentes - ORA	<a href="#">13.4</a>	(4.937.749)	(4.935.749)
Prejuízos acumulados	<a href="#">13.5</a>	(572.266)	(859.182)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>14.824.340</b>	<b>14.090.717</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS**  
**1º TRIMESTRE/2021**  
**R\$ MILHARES**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

CNPJ 34.028.316/0001-03

	NOTA	31/03/21	31/03/20
Receita líquida de vendas e serviços	<a href="#">14.1</a>	4.841.712	4.351.773
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<a href="#">14.2</a>	(3.859.829)	(3.578.386)
<b>Lucro bruto</b>		<b>981.883</b>	<b>773.387</b>
Despesas com vendas/serviços	<a href="#">14.3</a>	(23.288)	(24.181)
Despesas gerais e administrativas	<a href="#">14.4</a>	(818.778)	(666.027)
Outras receitas operacionais	<a href="#">14.5</a>	113.125	32.333
Outras despesas operacionais	<a href="#">14.6</a>	(1.830)	(1.042)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>251.112</b>	<b>114.470</b>
Receitas financeiras	<a href="#">14.7</a>	153.272	348.200
Despesas financeiras	<a href="#">14.8</a>	(82.853)	(93.716)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>70.419</b>	<b>254.484</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>321.531</b>	<b>368.954</b>
Tributos sobre o lucro	<a href="#">15</a>	(34.615)	(34.011)
Correntes		(22.943)	(32.599)
Diferidos		(11.672)	(1.412)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>286.916</b>	<b>334.943</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/03/21	31/03/20
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>286.916</b>	<b>334.943</b>
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(844)	(7.925)
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	(844)	(7.925)
CSLL diferida - pós-emprego	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	(1.156)	(2.607)
Investimentos patrimoniais VJORA - variação valor justo	(1.270)	(2.392)
CSLL diferida - valor justo - investimentos	114	(215)
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>284.916</b>	<b>324.411</b>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	TOTAL
31/12/19	3.382.514	20.944	(2.412.374)	(5.082.140)	4.237.900	146.844
Resultado do exercício	-	-	334.943	-	-	334.943
Realização do custo atribuído	-	-	5.857	-	(5.857)	-
CSLL Diferida	-	-	-	-	526	526
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-
CSLL Diferida	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	(7.925)	-	(7.925)
CSLL Diferida	-	-	-	-	-	-
Investimentos - VJORA	-	-	-	(2.932)	-	(2.932)
CSLL Diferida	-	-	-	(215)	-	(215)
31/03/20	3.382.514	20.944	(2.071.574)	(5.092.673)	4.232.570	471.781
31/12/20	3.382.514	20.944	(859.182)	(4.935.749)	3.341.213	949.740
Resultado do exercício	-	-	286.916	-	-	286.916
<i>Impairment</i> /Perda a valor justo	-	-	-	-	401	401
CSLL Diferida	-	-	-	-	(36)	(36)
Benefício pós-emprego	-	-	-	(844)	-	(844)
CSLL Diferida	-	-	-	-	-	-
Investimentos - VJORA	-	-	-	(1.270)	-	(1.270)
CSLL Diferida	-	-	-	114	-	114
31/03/21	3.382.514	20.944	(572.266)	(4.937.749)	3.341.578	1.235.021

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/03/21	31/03/20
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro do período</b>	<b>286.916</b>	<b>334.943</b>
<b>Itens do resultado que não afetam o caixa</b>	<b>183.293</b>	<b>209.892</b>
Depreciação e amortização	124.284	105.001
Provisões	95.345	134.616
Despesas de variação patrimonial e perdas	3.831	2.027
Receita de variação patrimonial	(36.732)	(19.747)
Atualização de créditos tributários - imunidade tributária e Banco Postal	(3.628)	(12.335)
Resultado da alienação de bens	193	330
<b>Mutações patrimoniais</b>	<b>(122.638)</b>	<b>(795.022)</b>
Contas a receber	(263.448)	(337.562)
Estoques	(2.177)	(6.023)
Outros valores e bens	(87.827)	(96.294)
Bens de direito de uso	42.077	33.893
Realizável a longo prazo (exceto aplicações)	1.733	1.132
Fornecedores	(118.269)	(166.146)
Salários e consignações	(25.832)	3.254
Encargos sociais	(74.181)	(47.940)
Impostos e contribuições	(28.546)	1.752
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI	445.651	(33.114)
Convênio Postal Saúde	(22.310)	(186.601)
Precatórios	39.797	12.003
Outras	(29.306)	26.624
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais</b>	<b>347.571</b>	<b>(250.187)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	(336.156)	40
Adições - ativo imobilizado	(24.131)	(17.181)
Adições - ativo intangível	(4.757)	(2.248)
Baixas - ativo imobilizado	15.484	4.041
Baixas - propriedades para investimento	118	3
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(349.442)</b>	<b>(15.345)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	250.000	250.000
Empréstimos e financiamentos - Principal	(130.208)	(46.875)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(6.760)	(5.650)
Bens direito de uso - Principal	(57.106)	(45.360)
Bens direito de uso - Juros	(28.124)	(21.254)
<b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>	<b>27.802</b>	<b>130.861</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>25.931</b>	<b>(134.671)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do	572.954	538.434
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	598.885	403.763

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/03/21	31/03/20
I - Geração do valor adicionado		
1 - Receitas	5.120.042	4.552.444
1.1 - Receitas operacionais	5.017.636	4.525.967
1.2 - Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(10.719)	(5.856)
1.3 - Outras receitas operacionais	113.125	32.333
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(1.536.074)	(1.461.193)
2.1 - Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(1.372.945)	(1.329.044)
2.2 - Serviços adquiridos de terceiros	(3.113)	(3.390)
2.3 - Provisões diversas	(160.016)	(128.759)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	3.583.968	3.091.251
4 - Retenções	(124.284)	(105.001)
4.1 - Depreciação/amortização	(124.284)	(105.001)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	3.459.684	2.986.250
6 - Valor adicionado recebido em transferência	153.272	348.200
6.2 - Receitas financeiras	153.272	348.200
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>3.612.956</b>	<b>3.334.450</b>
II - Distribuição do valor adicionado		
7 - Pessoal	2.626.197	2.309.290
7.1 - Salários, honorários e benefícios	2.491.455	2.168.569
7.2 - Encargos sociais	134.742	140.721
8 - Impostos, taxas e contribuições	540.573	560.621
8.1 - INSS	328.344	335.483
8.2 - Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	189.286	192.539
8.3 - Contribuição social (tributo corrente)	22.943	32.599
9 - Remuneração do capital de terceiros	159.270	129.596
9.1 - Aluguéis, juros, variação cambial	82.812	87.270
9.2 - Outras remunerações a terceiros	76.458	42.326
10 - Remuneração de capital próprio	286.916	334.943
10.1 - Lucro/reserva retidos	286.916	334.943
<b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)</b>	<b>3.612.956</b>	<b>3.334.450</b>



## NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

### 1.1 - Pressupostos de continuidade

Em atenção ao que preconiza o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os Correios avaliaram a sua capacidade de continuar em operação em futuro previsível, concluindo que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto de continuidade.

Essa diretriz encontra respaldo nas medidas adotadas com foco, principalmente, na melhoria da qualidade operacional e no aprimoramento da utilização dos recursos, ações que contribuíram para a obtenção de lucros nos quatro últimos exercícios e para a redução dos prejuízos acumulados.

Importa destacar que a Estratégia Correios, para o período 2021-2025, foi estruturada de acordo com a classificação de estágio de maturidade de seus negócios e produtos, visando propiciar o progresso da Empresa com foco em rentabilidade, excelência e crescimento.

Com o objetivo de promover o crescimento sustentável da organização a Empresa está implementando uma série de Iniciativas Estratégicas - desdobradas da Estratégia Correios, buscando gerar resultados operacionais positivos, caixa para investimentos, melhoria de processos, receitas adicionais e redução de despesas.

O atual estágio de implementação dessas ações permitiu que os Correios obtivessem resultados superiores aos alcançados no ano anterior, assegurando a liquidez da Empresa e garantindo a sua sustentabilidade econômico-financeira no período.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias compreendem as informações trimestrais elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.174/2009 (CPC 21 - R1) e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009) e as normas e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade às disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em 25 de agosto de 2021, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente o sócio têm o poder de alterá-las, contudo, os conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

## 2.2 - Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, dever ser lidas em conjunto com as demonstrações de 2020.

## NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/03/21	31/12/20
Caixa	5.768	4.529
Bancos	9.382	7.289
Aplicações	583.735	561.136
<b>TOTAL</b>	<b>598.885</b>	<b>572.954</b>

### 3.1 - Caixa

O caixa, no valor de R\$ 5.768, está distribuído de forma heterogênea nas unidades de atendimento presentes nos Estados da Federação.

### 3.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias.

### 3.3 - Aplicações

De acordo com a Resolução 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as Empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic.

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, LFT, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2025, de acordo com a tabela a

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS**  
**1º TRIMESTRE/2021**  
**R\$ MILHARES**

seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado (VJPR).

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

Ressalta-se que, desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantia de cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora e a mantenedora (Correios). O quadro a seguir demonstra a composição do lastro das operações da Mantida:

LASTRO - CORREIOSAUDE	31/03/21	31/12/20
Total das provisões técnicas a lastrear	(171.122)	(204.645)
Aplicação vinculada - ANS	162.543	161.786
Montante garantido por recursos dos Correios	8.579	42.859

### 3.4 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento

VENCIMENTO	COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES - 31/03/21					TOTAL
	NTN-B/ LFT	COTAS FUNDO	CAIXA/OP. COMPROMIS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	
2021	4.060	531.907	48.684	(903)	(13)	583.735
Ativo circulante	4.060	531.907	48.684	(903)	(13)	583.735
2022	89.983	-	-	-	-	89.983
2023	185.469	-	-	-	-	185.469
2024	40.670	-	-	-	-	40.670
2025	27.376	-	-	-	-	27.376
Ativo não circulante	343.498	-	-	-	-	343.498
<b>TOTAL</b>	<b>347.558</b>	<b>531.907</b>	<b>48.684</b>	<b>(903)</b>	<b>(13)</b>	<b>927.233</b>

VENCIMENTO	COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES - 31/12/20					TOTAL
	NTN-B	COTAS FUNDO	CAIXA/OP. COMPROMIS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	
2020	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136
Ativo circulante	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136
2022	-	367	-	-	-	367
2023	-	4.098	-	-	-	4.098
2024	-	241	-	-	-	241
2025	-	1.366	-	-	-	1.366
Ativo não circulante	-	6.072	-	-	-	6.072
<b>TOTAL</b>	<b>3.970</b>	<b>562.959</b>	<b>841</b>	<b>(552)</b>	<b>(10)</b>	<b>567.208</b>

APLICAÇÕES	31/03/21	31/12/20
Aplicações - circulante	583.735	561.136
Aplicações - não circulante	343.498	6.072
<b>TOTAL</b>	<b>927.233</b>	<b>567.208</b>

### NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### 4.1 - Aplicações - VJORA

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). A redução no saldo das ações no 1º trimestre de 2021 deve-se à queda da cotações das empresas telefônicas no período.

APLICAÇÕES - VJORA	31/03/21	31/12/20
Ações	8.532	9.597
FINAM/FINOR	763	968
<b>TOTAL</b>	<b>9.295</b>	<b>10.565</b>

#### NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD.

CONTAS A RECEBER	31/03/21	31/12/20
Serviços faturados	1.329.544	1.296.407
Contas internacionais	1.424.351	1.243.033
Serviços a faturar	171.223	129.423
Agências terceirizadas	70.322	64.784
Cartões de crédito	53.489	51.834
Outros valores a receber de clientes	35	35
<b>TOTAL</b>	<b>3.048.964</b>	<b>2.785.516</b>

O detalhamento dos serviços faturados, por período de vencimento e a vencer, e o total da PECLD apurada estão apresentados a seguir:

SERVIÇOS FATURADOS POR FAIXA DE VENCIMENTO	31/03/21	31/12/20
A - A vencer	1.249.735	1.230.727
B - Vencidos de 1 a 30 dias	43.164	34.396
C - Vencidos de 31 a 60 dias	12.695	8.444
D - Vencidos de 61 a 90 dias	5.510	3.426
E - Vencidos de 91 a 180 dias	7.457	6.699
F - Vencidos há mais de 180 dias	29.959	32.622
Total a receber	1.348.520	1.316.314
PECLD total	(18.976)	(19.907)
<b>TOTAL</b>	<b>1.329.544</b>	<b>1.296.407</b>

#### 5.1 - Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

PERÍODO	PECLD - 31/03/21		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A - A vencer	1.249.735	0,10%	(1.250)
B - Vencidos de 1 a 30 dias	43.164	1,60%	(691)
C - Vencidos de 31 a 60 dias	12.695	4,10%	(520)
D - Vencidos de 61 a 90 dias	5.510	3,60%	(198)
E - Vencidos de 91 a 180 dias	7.457	7,90%	(589)
F - Vencidos há mais de 180 dias	29.959	52,50%	(15.728)
<b>TOTAL</b>	<b>1.348.520</b>		<b>(18.976)</b>

PERÍODO	PECLD - 31/12/20		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS**  
**1º TRIMESTRE/2021**  
**R\$ MILHARES**

PERÍODO	PECLD - 31/12/20		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A - A vencer	1.230.727	0,10%	(1.231)
B - Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	1,60%	(551)
C - Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	4,10%	(346)
D - Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	3,60%	(123)
E - Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	7,90%	(529)
F - Vencidos há mais de 180 dias	32.622	52,50%	(17.127)
<b>TOTAL</b>	<b>1.316.314</b>		<b>(19.907)</b>

A PECLD é composta pela perda não dedutível cuja movimentação/ conciliação é apresentada no quadro abaixo:

CONCILIAÇÃO - PECLD DE SERVIÇOS FATURADOS	31/03/21	31/12/20
A - Perda total no início do período	(19.907)	(11.620)
B - Perda dedutível em 1º de janeiro	-	-
C - Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B (19.907)	(11.620)
D - Adições	931	(8.287)
E - Baixas	-	-
F - Perda não dedutível no final do período	C+D+E (18.976)	(19.907)
<b>TOTAL</b>	<b>F+G (18.976)</b>	<b>(19.907)</b>

Para fins fiscais, a perda não dedutível, é adicionada à apuração do Lucro Real para o cômputo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

## NOTA 6 - ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/03/21	31/12/20
Material para consumo	32.733	31.687
Material para revenda/almoxxarifados	17.553	16.422
Material em consignação	563	563
Perdas com estoque	(1.966)	(1.966)
<b>TOTAL</b>	<b>48.883</b>	<b>46.706</b>

## NOTA 7 - OUTROS VALORES E BENS

### 7.1 - Convênio Postal Saúde

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/03/21	31/12/20
Circulante	1.020	1.217
Empregados liberados	621	818
Concessão de uso de espaço	399	399
Não circulante	100.000	100.000
Ativo garantidor	100.000	100.000
<b>TOTAL</b>	<b>101.020</b>	<b>101.217</b>

#### 7.1.1 - Ativo garantidor

Corresponde ao valor repassado à operadora para a constituição de garantia às provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PESL.

## 7.2 - Adiantamento de pessoal

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/03/21	31/12/20
Adiantamento de 13º salário	43.607	-
Adiantamento de férias	26.382	33.012
Empregados cedidos	6.968	5.266
Adiantamento salarial	5.255	5.489
Demais adiantamentos	568	218
<b>TOTAL</b>	<b>82.780</b>	<b>43.985</b>

### 7.2.1 - Demais adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a comprovação posterior.

## 7.3 - Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	31/03/21	31/12/20
a) tributos e encargos a restituir	120.651	116.190
IRPJ a restituir	61.248	61.230
CSLL a restituir	58.788	54.527
INSS a restituir/compensar	615	433
b) tributos retidos na fonte	27.872	8.936
IR retido na fonte	23.654	5.286
IR sobre aplicações financeiras	1.138	551
CSLL retida na fonte	2.225	2.244
COFINS retida na fonte	506	506
PIS retido na fonte	349	349
c) demais tributos e encargos	9.262	8.945
ICMS a recuperar/compensar	3.849	3.660
Demais impostos/encargos a restituir/compensar	2.935	2.169
ISS retido por clientes	922	922
Salário família/maternidade	419	462
INSS retido por clientes	1.137	1.732
<b>TOTAL</b>	<b>157.785</b>	<b>134.071</b>

### 7.3.1 - Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até março de 2021. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

### 7.3.2 - Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a Empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

## 7.4 - Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	31/03/21	31/12/20
Faturas em cobrança jurídica	2.525	2.590
Acordos jurídicos - REFIS	1.363	1.143
Inadimplentes - AGF/ACC/ACF	615	604
Débitos de empregados em cobrança jurídica	21	21
<b>TOTAL</b>	<b>4.524</b>	<b>4.358</b>

#### 7.4.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 2.525 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	31/03/21	31/12/20
Faturas em cobrança jurídica	171.942	174.198
(-) PECLD	(169.417)	(171.608)
<b>TOTAL</b>	<b>2.525</b>	<b>2.590</b>

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica é revisado anualmente com base na relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas, bem como ao valor dos acordos judiciais e extrajudiciais firmados e pagos nos últimos 12 meses.

CONCILIAÇÃO DA PECLD DE FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	CONTROLADORA			
	PERCENTUAL	31/03/21	PERCENTUAL	31/12/20
Perdas não dedutíveis - saldo remanescente	98,1%	(136.853)	98,1%	(137.939)
Perdas não dedutíveis - recuperação judicial	100,0%	(17.615)	100,0%	(17.466)
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(14.949)	100,0%	(16.203)
<b>TOTAL</b>		<b>(169.417)</b>		<b>(171.608)</b>

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO		31/03/21	31/12/20
A - Perda total no início do período		(171.608)	(152.697)
B - Perda dedutível em 1º de janeiro		16.203	8.570
C - Perda não dedutível em 1º de janeiro	A+B	(155.405)	(144.127)
D - Adições		937	(11.278)
E - Baixas		-	-
F - Perda não dedutível do final do período	C+D+E	(154.468)	(155.405)
G - Perda dedutível no final do período		(14.949)	(16.203)
<b>TOTAL</b>	<b>F+G</b>	<b>(169.417)</b>	<b>(171.608)</b>

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

#### 7.4.2 - Acordos jurídicos - REFIS

Corresponde aos valores decorrentes do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS Postal), instituído em 2018, com o objetivo de renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a Empresa cujos valores atualizados até 6 de abril de 2017 não ultrapassassem a quantia de R\$ 5.000.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a abertura do REFIS Postal 2, com o mesmo objeto da primeira edição do programa, mas sem a limitação de valor imposta anteriormente.

#### 7.5 - Outros créditos

OUTROS CRÉDITOS	31/03/21	31/12/20
<i>Float</i> bancário - faturamento	74.833	13.839
Débitos de terceiros	18.725	20.002
Bens sucateados	14.192	8.259
Débitos de empregados	5.713	10.470
Parcelamento de multa de fornecedores	2.699	2.076
Débitos de empregados - agência	1.482	1.043
Vale postal internacional - importação e outros	287	280
Saque de conta virtual	207	95
<i>Coupons</i> - <i>réponse</i> trocados	199	192
Venda de imóveis funcionais	13	13
Débitos de empregados - em regularização	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>118.351</b>	<b>56.270</b>

##### 7.5.1 - *Float* bancário - bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

##### 7.5.2 - Bens sucateados

Refere-se a bens sucateados destinados a alienação, doação ou desmonte, com realização estimada até o final do exercício seguinte.

##### 7.5.3 - Débitos de terceiros

Refere-se, principalmente, às multas aplicadas aos fornecedores.

##### 7.5.4 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de portaria para desconto em folha de pagamento.

##### 7.5.5 - Bens sucateados

Refere-se a bens sucateados destinados a alienação, doação ou desmonte, com realização estimada até o final do exercício seguinte.

#### 7.6 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/03/21	31/12/20
Depósitos recursais administrativos	73.854	73.494
Depósitos judiciais	21.524	21.524
Depósitos recursais	17.500	17.500



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS**  
**1º TRIMESTRE/2021**  
**R\$ MILHARES**

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/03/21	31/12/20
Penhora de numerários	16.193	15.679
(-) Créditos a regularizar	(3.176)	(7.554)
<b>TOTAL</b>	<b>125.895</b>	<b>120.643</b>

O valor de R\$ 73.854 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 21.524 e R\$ 17.500 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 16.193 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

A Administração obteve avanços por meio da reconciliação dos valores registrados nas contas de depósitos judiciais, cujo foco visa alinhar os controles internos contábeis e jurídicos confrontando-os com os extratos das instituições financeiras. Por meio deste trabalho foi possível identificar que o saldo divulgado nas demonstrações contábeis é adequado, visto que parte significativa dos valores dispostos nos referidos extratos referem-se a precatórios pagos pendentes de resgate pelo beneficiário de direito, ou seja não representam direitos dos Correios.

#### **7.7 - Tributos a compensar**

TRIBUTOS A COMPENSAR	31/03/21	31/12/20
Imunidade tributária	987.446	984.770
IR	987.446	984.770
Retenção na fonte - contrato Banco Postal	251.856	251.187
Pedidos de restituição	50.227	50.085
<b>TOTAL</b>	<b>1.289.529</b>	<b>1.286.042</b>

O montante de R\$ 987.446 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, atualizado pela taxa Selic até março 2021. Estes créditos estão amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, “a” da Constituição Federal.

Os créditos do IRPJ foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 300.179. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

O saldo de R\$ 251.856 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 50.227, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

## 7.8 - Outros

OUTROS	31/03/21	31/12/20
Débitos de ex-empregados	3.469	2.168
Parcelamento de multa de fornecedores	3.094	167
Acordos jurídicos - REFIS	2.256	2.379
Faturas em acordo jurídico	147	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.966</b>	<b>4.714</b>

### 7.8.1 - Débitos de ex-empregados

Corresponde a valores a receber de ex-empregados.

## NOTA 8 - INVESTIMENTOS

### 8.1 - Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos, alugados ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPRECIÇÃO ADOÇÃO INICIAL	31/03/21
Terrenos	881.456	-	(118)	89	-	881.427
Ganho - valor justo - terrenos	207.673	-	-	-	-	207.673
Perda - terrenos	(100.849)	-	-	-	-	(100.849)
Perda - valor justo - terrenos	(174.357)	-	401	-	-	(173.956)
Prédios	68.847	-	-	55	-	68.902
Ganho - valor justo - prédios	136.169	-	-	-	-	136.169
Perda - prédios	(3.432)	-	-	-	-	(3.432)
Perda - valor justo - prédios	(10.382)	-	-	-	-	(10.382)
<b>TOTAL</b>	<b>1.005.125</b>	<b>-</b>	<b>283</b>	<b>144</b>	<b>-</b>	<b>1.005.552</b>

### 8.2 - Museu

MUSEU	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	31/03/21
Museu	1.060	-	-	-	1.060
<b>TOTAL</b>	<b>1.060</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.060</b>

## NOTA 9 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS <sup>1</sup>	DEPRECIÇÃO	31/03/21
Terrenos	3.313.688	-	-	(89)	-	3.313.599
<i>Impairment</i> terrenos	(810.796)	-	-	-	-	(810.796)
Prédios	1.388.541	-	-	4.221	(12.187)	1.380.575

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

IMOBILIZADO	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS <sup>1</sup>	DEPRECIÇÃO	31/03/21
<i>Impairment</i> prédios	(83.954)	-	-	-	-	(83.954)
Obras em andamento	43.050	5.819	(661)	(5.461)	-	42.747
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	18.249	-	-	854	(2.695)	16.408
Imóveis - direito de uso	1.613.668	94.486	-	-	(56.883)	1.651.271
<b>Total - imóveis</b>	<b>5.482.446</b>	<b>100.305</b>	<b>(661)</b>	<b>(475)</b>	<b>(71.765)</b>	<b>5.509.850</b>
Móveis e utensílios	123.259	3.377	(379)	(159)	(4.256)	121.842
Máquinas e equipamentos	576.370	6.209	(265)	107	(12.094)	570.327
Veículos	619.897	366	(10.995)	(5.544)	(20.264)	583.460
Ferramentas e instrumentos	155	-	-	-	(12)	143
Equipamentos de processamento de dados	128.774	8.360	(23)	(6)	(5.890)	131.215
Aquisição de bens imóveis e equipamentos em andamento	54.625	-	(3.161)	-	-	51.464
Móveis - direito de uso	2.059	1.501	-	-	(222)	3.338
<b>Total - móveis</b>	<b>1.505.139</b>	<b>19.813</b>	<b>(14.823)</b>	<b>(5.602)</b>	<b>(42.738)</b>	<b>1.461.789</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.987.585</b>	<b>120.118</b>	<b>(15.484)</b>	<b>(6.077)</b>	<b>(114.503)</b>	<b>6.971.639</b>

<sup>1</sup>Estão somadas as transferências os valores relativos a bens sucateados.

## 9.1 - Arrendamentos

Apresenta-se a seguir a composição dos arrendamentos reconhecidos a partir de 2019, conforme regras dispostas no CPC 06(R2) - Arrendamentos:

ARRENDAMENTOS	31/12/20	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	TRANSFE- RÊNCIAS	DEPRECIÇÃO	APROPRIAÇÃO DE JUROS	PAGAMENTOS	31/03/21
Bens imóveis <sup>1</sup>	1.631.917	94.486	-	854	(59.578)	-	-	1.667.679
Bens móveis	2.059	1.501	-	-	(222)	-	-	(734)
<b>Ativo</b>	<b>1.633.976</b>	<b>95.987</b>	<b>-</b>	<b>854</b>	<b>(59.800)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.666.945</b>
Passivo por direito de uso	1.717.349	95.987	-	-	-	42.077	(85.230)	1.770.183
<b>Passivo</b>	<b>1.717.349</b>	<b>95.987</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.077</b>	<b>(85.230)</b>	<b>1.770.183</b>

<sup>1</sup>- Foram somados aos bens imóveis as benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros apresentadas no quadro do imobilizado.

### 9.1.1 - Distribuição do passivo

ARRENDAMENTOS	31/03/21	31/12/20
---------------	----------	----------

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
 1º TRIMESTRE/2021  
 R\$ MILHARES

ARRENDAMENTOS	31/03/21	31/12/20
Circulante	326.165	310.414
Não circulante	1.444.019	1.406.936
<b>TOTAL</b>	<b>1.770.184</b>	<b>1.717.350</b>

**NOTA 10 - INTANGÍVEL**

Corresponde a *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

INTANGÍVEL	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS	AMOR- TIZAÇÃO	31/03/21
<i>Softwares</i> , licenciamentos e similares	36.471	4.757	-	-	(9.781)	31.447
<b>TOTAL</b>	<b>36.471</b>	<b>4.757</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.781)</b>	<b>31.447</b>

## NOTA 11 - PASSIVO CIRCULANTE

### 11.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

FORNECEDORES	31/03/21	31/12/20
Material, produtos e serviços	870.916	989.196
Consignações e outros	168	157
<b>TOTAL</b>	<b>871.084</b>	<b>989.353</b>

### 11.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como provisões de férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	31/03/21	31/12/20
Férias	755.782	890.765
INSS - empregado	38.745	40.070
Postalís (PostalPrev) - empregado	14.307	31.274
Obrigações trabalhistas	14.815	16.338
Postalís (BD) - empregado	6.122	11.387
Retenção SEST/SENAT	2	1
13º salário	134.231	-
<b>TOTAL</b>	<b>964.004</b>	<b>989.835</b>

### 11.3 - Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	31/03/21	31/12/20
INSS - empregador	104.693	106.822
FGTS	33.428	49.473
Postalís (BD) - empregador	6.127	44.360
Postalís (PostalPrev) - empregador	14.250	30.787
Salário educação	10.208	10.533
Senai adicional	815	1.664
INSS autônomos/avulsos	176	239
<b>TOTAL</b>	<b>169.697</b>	<b>243.878</b>

### 11.4 - Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/03/21	31/12/20
Retenções na fonte - Lei nº 9.340/96	55.104	50.376
COFINS	46.753	48.746
IR retido de empregados	23.794	51.407
PIS	10.130	10.562
ICMS	6.356	8.343
ISSQN - retido de terceiros	5.984	7.163
INSS Empresas - retenção na fonte	5.551	6.987

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/03/21	31/12/20
IR retido de terceiros	1.977	2.495
CSLL	1.898	-
INSS retenção - contribuinte individual	56	70
<b>TOTAL</b>	<b>157.603</b>	<b>186.149</b>

### 11.5 - Arrecadações e recebimentos

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir.

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/03/21	31/12/20
Recebimento de imposto de importação	27.531	18.862
Recebimento para o Postalís	14.719	16.383
Emissão de vale postal nacional	7.466	8.337
Importação/exportação - vale postal internacional	895	1.019
Outros recebimentos/arrecadações	376	220
<b>TOTAL</b>	<b>50.987</b>	<b>44.821</b>

#### 11.5.1 - Recebimento de imposto de importação

Referem-se aos valores arrecadados, relativos à cobrança do imposto de importação, quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

#### 11.5.2 - Recebimento para o Postalís

Compreende os valores de empréstimos consignados dos funcionários, descontados em folha de pagamentos, para repasse ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís).

#### 11.6 - Adiantamento de clientes

Os valores de R\$ 4.799, em março de 2021, e de R\$ 10.766, em 2020, representam os montantes recebidos de clientes, provenientes de faturas emitidas e pagas indevidamente ou a maior.

#### 11.7 - Contas internacionais a pagar

Os valores dessa rubrica representam as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

#### 11.8 - Precatórios

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	31/03/21	31/12/20
Circulante	230.084	188.763
Não circulante	21.340	22.864
<b>TOTAL</b>	<b>251.424</b>	<b>211.627</b>

### 11.9 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

MOVIMENTAÇÃO	31/12/20	ADIÇÃO	ENC. FINANC. <sup>1</sup>	AMORTIZAÇÃO PRINCIPAL	AMORTIZAÇÃO JUROS	DESPESA	31/03/21
CCB - BB	213.952	-	-	(46.875)	(1.513)	2.541	168.105
CCB - ABC	82.534	250.000	(4.837)	(83.333)	(410)	1.209	245.163
<b>TOTAL</b>	<b>296.486</b>	<b>250.000</b>	<b>(4.837)</b>	<b>(130.208)</b>	<b>(1.923)</b>	<b>3.750</b>	<b>413.268</b>

<sup>1</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão, pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e pelas despesas bancárias.

COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/03/21	31/12/20
Circulante	413.268	266.107
Não circulante	-	30.379
<b>TOTAL</b>	<b>413.268</b>	<b>296.486</b>

CARACTERÍSTICAS - CCB <sup>1</sup> - BANCO DO BRASIL	2016
Saldo da obrigação	750.000
Data da emissão	28/12/16
Vencimento final	28/02/22
Remuneração	De 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro/17
Encargos financeiros totais <sup>2</sup>	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/18
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias

<sup>1</sup> - Cédula de Crédito Bancário

<sup>2</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão *flat*, pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e pelas despesas bancárias.

De acordo com os termos da CCB do Banco do Brasil, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

EXERCÍCIO	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 2,5x

Em dezembro de 2020 a relação dívida líquida/EBITDA foi de 0,99.

CARACTERÍSTICAS - CCB - BANCO ABC	2020	2021
Saldo da obrigação	R\$ 250.000	R\$ 250.000
Data da emissão	03/03/20	19/03/21
Vencimento final	02/03/21	18/03/22
Remuneração	100% da taxa média do CDI, acrescida de 1,9% ao ano	100% da taxa média do CDI, acrescida de 2,5% ao ano
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de março/20	Mensal a partir de abril/21
Encargos financeiros totais <sup>1</sup>	4.797	4.837
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 28/09/20	6 parcelas mensais a partir de 18/10/21
Garantia	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios

<sup>1</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão e pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

#### 11.10 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

RECEITAS A APROPRIAR	31/03/21	31/12/20
Faturamento por estimativa	2.586	13.404
Aluguel de caixas postais	24.499	23.226
<b>TOTAL</b>	<b>27.085</b>	<b>36.630</b>

### 11.11 - Convênio Postal Saúde

Trata-se de obrigações a pagar para a operadora referente ao plano de saúde ofertado aos empregados e respectivos dependentes.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/03/21	31/12/20
Convênio CorreiosSaúde	110.691	132.504
Saúde ocupacional	19.746	20.656
Benefício de medicamentos	5.559	5.145
<b>TOTAL</b>	<b>135.996</b>	<b>158.305</b>

#### 11.11.1 - Convênio Postal Saúde

Corresponde às obrigações relativas ao plano CorreiosSaúde, contemplando as despesas assistenciais, administrativas, ambulatoriais, ressarcimento ao SUS e as demais obrigações relativas à manutenção da Operadora.

### 11.12 - Outros débitos

OUTROS DÉBITOS	31/03/21	31/12/20
Apuração da venda de ativo fixo	19.922	12.022
Caução de fornecedores	13.612	14.640
Convênio SESI/SENAI	14.042	13.024
Retenções judiciais	5.180	6.615
Prestação de contas AGF/ACF	3.581	2.303
Ressarcimento ao SUS	2.249	2.249
Outros	6.987	2.899
<b>TOTAL</b>	<b>65.573</b>	<b>53.752</b>

## NOTA 12 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### 12.1 - Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postalis e da Postal Saúde, que asseguram, respectivamente, a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

#### 12.1.1 - Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

COMPOSIÇÃO DO BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	CORREIOSSAÚDE	POSTALPREV <sup>1</sup>	BENEFÍCIO DEFINIDO - BD
Passivo em 31/12/20	(265.119)	-	(6.015.964)
Outros Resultados Abrangentes - ORA (PostalPrev) em 31/12/20	-	(416.415)	-
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo <sup>2</sup>	74.546	-	112.782
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	(130.307)
Valor reconhecido - ORA	-	(844)	-

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(190.573)	(417.259)	(6.033.489)
---	-----------	-----------	-------------

<sup>1</sup> - A ser reconhecido em conta redutora de despesa.

<sup>2</sup> - CorreiosSaúde - corresponde ao pagamento das despesas com saúde dos aposentados e Plano de Benefício Definido refere-se ao pagamento das contribuições normais e extraordinárias.

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA RECONHECIDA	PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Passivo circulante	175.399	288.180	190.573	265.119
Encargos sociais	6.127	44.360	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	169.272	243.820	190.573	265.119
Passivo não circulante	5.858.090	5.727.784	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	5.858.090	5.727.784	-	-
<b>TOTAL DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL</b>	<b>6.033.489</b>	<b>6.015.964</b>	<b>190.573</b>	<b>265.119</b>

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

### 12.1.2 - Plano CorreiosSaúde II

O Plano CorreiosSaúde II é o plano de assistência médica/hospitalar e odontológica, com a cobrança de mensalidades e coparticipação, oferecido aos empregados ativos, aos aposentados nos Correios que permanecem na ativa, aos aposentados desligados sem justa causa ou a pedido e aos aposentados nos Correios por invalidez, bem como a seus dependentes cônjuges/companheiros e filhos beneficiários/menor sob guarda do Plano Correios Saúde ou no plano que o suceder.

A partir de 1º de janeiro de 2020, em alinhamento à Suspensão Liminar SL nº 1.264/DF, de 18/11/2019, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Operadora aprovou as adequações na forma de custeio do plano CorreiosSaúde II, por meio do Conselho Deliberativo da Operadora e do Conselho de Administração dos Correios definindo os percentuais a serem aplicados na cobrança da mensalidade.

A modificação no regulamento do plano objetivou a paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador, com 50% do valor total das despesas custeadas pelos Correios e 50% pelos beneficiários.

Em setembro/2020, com a modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde - promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203- 57.2020.5.00.0000 - 2020, a concessão do benefício passou a seguir o disposto no Regulamento do Plano, que assegura a manutenção dos aposentados no plano desde que esses beneficiários assumam o pagamento integral.

A implementação da alteração no custeio dos beneficiários aposentados e seus dependentes ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2021.

Diante da modificação no formato de custeio, considerando que não haverá despesa para a patrocinadora referente a concessão desse benefício aos aposentados, foi realizado o desconhecimento parcial do passivo no montante de R\$ 3.103.356, permanecendo na obrigação o total de R\$ 265.119 correspondente a estimativa de despesa para o período de janeiro de 2021 a julho de 2021.

Cabe destacar que as mudanças ocorridas no plano de saúde tem o intuito de adequar os benefícios ao que dispõe a Resolução CGPAR nº 23 de 2018, cujo prazo de implementação é até janeiro de 2022.

### 12.1.3 - Planos de previdência complementar

#### 12.1.3.1 - PostalPrev - CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

#### 12.1.3.2 - Postalis - Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, assinado pelo Postalis, PREVIC e Correios. O referido termo prevê o desenvolvimento de uma estratégia previdenciária para o tratamento do desequilíbrio técnico do plano, cujo cronograma estabelece 24 meses para a execução.

#### 12.1.3.3 - Projeção de receitas/(despesas) para o exercício de 2021

PROJEÇÃO DE RECEITAS/(DESPESAS)	POSTALPREV	PBD
Custo do serviço corrente líquido	3.377	-
Custo do serviço corrente	(1.949)	-
Contribuições dos participantes	5.326	-
Juros líquidos	-	(521.228)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(41.760)	(803.879)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	74.849	282.651
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(33.089)	
<b>TOTAL DA RECEITA/(DESPESA) ESPERADA</b>	<b>3.377</b>	<b>(521.228)</b>

#### 12.2 - Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos

assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

a) processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.

b) cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franquias e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.

c) fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de março de 2021, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

12.2.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas

ÂMBITO	NATUREZA	31/12/20	REVERSÃO/ CONVERSÃO	PROVISÕES ADICIONAIS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	ALTERAÇÃO NO VALOR PROVISIONADO INICIALMENTE <sup>1</sup>	31/03/21
Judicial	Cível	72.629	(17.637)	29.992	2.953	(171)	87.766
	Fiscal	73.355	(494)	68	2.634	12	75.575
	Trabalhista	496.652	(26.905)	54.277	6.427	8.740	539.191
Total - judicial		642.636	(45.036)	84.337	12.014	8.581	702.532
Administrativo	Cível	173	-	6.463	88	-	6.724
	Fiscal	215	-	-	8	-	223
	Trabalhista	-	-	-	-	-	-
Total - administrativo		388	-	6.463	96	-	6.947
TOTAL		643.024	(45.036)	90.800	12.110	8.581	709.479

<sup>1</sup> - Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

O acréscimo nas provisões decorrem das revisões processuais em andamento pelo Departamento Jurídico.

Em 31 de março de 2021, os Correios eram réus em 8.449 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/GO	Trabalhista	Processo nº 00006818020105180005 - Ação coletiva referente ao Plano de Carreiras Cargos e Salários de 1995 em fase de execução.	42.362
TAF Linhas Aéreas S/A	Cível	Processo nº 200834000206664 - Ação referente a alteração contratual em fase de execução.	29.643

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
INSS	Fiscal	Processo nº 0520321- 54.2005.4.02.5101 - Ação relativa a execução fiscal de contribuições previdenciárias. Trânsito em julgado.	22.814
Município de Salvador - BA	Fiscal	Processo nº 93.0000222-8 - Ação referente a execução fiscal relativa ao Imposto sobre Serviços (ISS) em fase de execução.	19.312
Município de Goiânia	Fiscal	Processo nº 2677278.2018.4.01.3500 - Ação de cobrança do ISS em fase de execução fiscal.	14.762
Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas	Cível	Processo nº 50047843120114047200 - Ação relativa a multa contratual em fase de execução.	10.480
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 00013-66.2013.5.11.0016 - Ação relativa a equiparação a bancários em fase de execução em fase de execução.	7.893
SINCOTELBA-BA	Trabalhista	Processo nº 0125000-76.2007.5.05.0009 - Ação relativa ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS/1995 em fase de execução.	7.892
SINTCOM/PR	Trabalhista	Processo nº 00951200200807001 - Ação coletiva relativa a diárias de viagem em fase de execução.	7.750
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 15370000619895110004 - URP - Fevereiro/1989	7.161

### 12.2.2 - Processos judiciais e administrativos não provisionados

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de março de 2021, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 23.075 processos, conforme demonstrado na tabela.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
 1º TRIMESTRE/2021  
 R\$ MILHARES

31/03/21 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	14.771	761.386	19	88	14.790	761.474
Cível	7.438	330.875	9	8.857	7.447	339.732
Fiscal	682	429.345	156	16.172	838	445.517
Criminal	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>22.891</b>	<b>1.521.606</b>	<b>184</b>	<b>25.117</b>	<b>23.075</b>	<b>1.546.723</b>



## 12.3 - Obrigações trabalhistas

### 12.3.1 - PDI 2017

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado (PDI). O PDI foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro finalizado com desligamentos entre fevereiro e dezembro de 2017, e o segundo com desligamentos iniciados em dezembro de 2017, com término em 2019.

No total foram 8.005 empregados que aderiram ao PDI, com direito ao recebimento do IFD (6.157 relativos ao primeiro ciclo e 1.848 referentes ao segundo ciclo) por meio de pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório.

Para os empregados desligados no primeiro ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao segundo ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil.

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

### 12.3.2 - PDI 2021

Instituição do Plano de Desligamento Incentivado - PDI/2021, aprovado na 19ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva - REDIR/2020, realizada em 20/05/2020, e na 5ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração - ROCA/2020, realizada em 28/05/2020, e aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST/MP, conforme Nota Técnica SEI nº 30882/2020/ME e Ofício N.º 9066/2020/MCOM.

Os empregados elegíveis ao PDI/2021 e que vierem a ser desligados no primeiro ciclo terão direito, a título de indenização, a uma das duas formas de pagamento do incentivo financeiro abaixo descritas, a saber:

- a. Recebimento de um Incentivo Financeiro de Adesão ao Plano - IFA em parcela única, no valor de R\$ 10.000, (dez mil reais) e o recebimento do Incentivo Financeiro Diferido - IFD mensal, que será pago em 75 (setenta e cinco) meses; ou
- b. Recebimento do IFD mensal, acrescido de 5% (cinco por cento) do valor calculado para o IFD mensal, a serem pagos em 75 (setenta e cinco) meses.

Os empregados elegíveis ao PDI/2021 e que vierem a ser desligados no segundo ciclo terão direito, a título de indenização, a uma das duas formas de pagamento do incentivo financeiro abaixo descritas, a saber:

- a. Recebimento de um Incentivo Financeiro de Adesão ao Plano - IFA em parcela única, no valor de R\$ 7.000 (sete mil reais) e o recebimento do Incentivo Financeiro Diferido - IFD mensal, que será pago em 70 (setenta) meses; ou
- b. Recebimento do IFD mensal, acrescido de 3% (três por cento) do valor calculado para o IFD mensal, a serem pagos em 70 (setenta) meses.

Os desligamentos do 1º e 2º ciclos foram programados para ocorrerem em fevereiro e abril de 2021, respectivamente.

No primeiro ciclo do PDI/2021 ocorreram 4.511 desligamentos.

### 12.3.3 - Valor presente

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento

de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration* inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

PLANO	31/12/20	ADIÇÃO	ATUALI- ZAÇÃO	APROPRIA. DO AVP	AMORTIZA- ÇÃO	31/03/21
PDI 2017	800.731		9.268	10.211	(54.767)	765.443
PDI 2021	-	530.450	-	663	(50.173)	480.940
<b>TOTAL</b>	<b>800.731</b>	<b>530.450</b>	<b>9.268</b>	<b>10.874</b>	<b>(104.940)</b>	<b>1.246.383</b>

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/03/21	31/12/20
Circulante	256.678	176.781
Não circulante	989.705	623.950
<b>TOTAL</b>	<b>1.246.383</b>	<b>800.731</b>

#### 12.4 - Outros

OUTROS	31/03/21	31/12/20
Parcelamento - ressarcimento ao SUS	1.044	1.606
Benfeitorias em imóveis de terceiros	229	229
Honorários de sucumbência	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.273</b>	<b>1.835</b>

### NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 13.1 - Capital

Em 31 de março de 2021, o capital social totaliza R\$ 3.382.514, constituído integralmente pela União.

#### 13.2 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações "Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa Adequação do Modelo Operacional dos Correios" Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até dezembro de 2020 foi capitalizado montante de R\$ 203.056. A integralização do valor de R\$ 20.944 será submetido à Assembleia Geral Extraordinária em 2021.

#### 13.3 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

BENS IMÓVEIS	31/12/20	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT/PERDA AO VALOR JUSTO	ADOÇÃO INICIAL -PROP. INVESTIMENTO	31/03/21
Custo	3.760.341	-	401	-	3.760.742
Tributo	(419.128)	-	(36)	-	(419.164)
<b>TOTAL</b>	<b>3.341.213</b>	<b>-</b>	<b>365</b>	<b>-</b>	<b>3.341.578</b>

### 13.4 - Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	31/12/20	MOVIMENTAÇÃO	31/03/21
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos	(5.228.709)	(844)	(5.229.553)
Ganhos/perdas atuariais	(5.704.651)	(844)	(5.705.495)
Postalis - PBD	(5.288.236)	-	(5.288.236)
CorreiosSaúde	-	-	-
PostalPrev	(416.415)	(844)	(417.259)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas	475.942	-	475.942
Postalis - PBD	475.942	-	475.942
CorreiosSaúde	-	-	-
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e	(19.936)	(1.156)	(21.092)
Ganhos/perdas - outras aplicações	(21.908)	(1.270)	(23.178)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em	1.972	114	2.086
C - Ganhos - propriedades para investimento	312.896	-	312.896
Ganho - valor justo - propriedades para	343.842	-	343.842
Tributos diferidos sobre ganhos	(30.946)	-	(30.946)
<b>TOTAL (A+B+C)</b>	<b>(4.935.749)</b>	<b>(2.000)</b>	<b>(4.937.749)</b>

### 13.5 - Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado ao final do 1º trimestre de 2021 é de R\$ 572.266, tendo em vista a absorção do resultado do período de R\$ 286.916. O prejuízo acumulado até 2020 era de R\$ 859.182.

## NOTA 14 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### 14.1 - Receita líquida de vendas e serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e Empresas.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/03/21	31/03/20
Receita bruta de vendas e serviços	5.021.904	4.530.442
Receitas nacionais	4.511.326	4.217.814
Receitas internacionais	510.578	312.628
(-) Deduções	(180.192)	(178.669)
(-) Impostos	(175.924)	(174.194)
(-) Descontos incondicionais	(4.009)	(4.085)
(-) Receitas canceladas	(259)	(390)
<b>TOTAL</b>	<b>4.841.712</b>	<b>4.351.773</b>

O quadro a seguir detalha receita bruta por segmento.

RECEITA BRUTA DE VENDAS/SERVIÇOS	31/03/21	PART.(%)	31/03/20	PART.(%)
Encomenda	2.730.729	54,4%	2.089.713	46,1%
Mensagem	1.435.723	28,6%	1.750.347	38,6%
Internacional	510.578	10,2%	312.628	6,9%
Marketing	117.163	2,3%	76.473	1,7%
Logística	94.537	1,9%	127.514	2,8%
Malote	67.162	1,3%	79.236	1,8%
Conveniência	40.151	0,8%	49.028	1,1%
Serviços financeiros	8.859	0,2%	24.339	0,5%
Outros	17.002	0,3%	21.164	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>5.021.904</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.530.442</b>	<b>100,0%</b>

## 14.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS	31/03/21	31/03/20
Pessoal	(2.378.477)	(2.160.988)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(1.718.032)	(1.934.827)
Saúde	(233.992)	(226.161)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(426.453)	-
Remuneração de AGF	(496.729)	(445.271)
Transporte de malas e malotes	(439.012)	(452.387)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	(249.379)	(211.573)
Aluguéis	(29.109)	(46.584)
Utilidades	(80.572)	(85.200)
Material e produtos	(52.246)	(58.513)
Depreciação e amortização	(108.658)	(93.757)
Bens de direito de uso - CPC 06(R2)	(57.106)	(45.360)
Demais bens	(51.552)	(48.397)
Internacionais	(16.315)	(15.156)
Impostos, taxas e contribuições	(9.332)	(8.957)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.859.829)</b>	<b>(3.578.386)</b>

### 14.2.1 - Pessoal

O acréscimo das despesas de pessoal no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, à despesa com o incentivo financeiro devido aos 4.511 empregados que aderiram ao primeiro ciclo do PDI/2021, cujos desligamentos ocorreram em fevereiro de 2021.

### 14.2.2 - Aluguéis

A diminuição das despesas de aluguéis foi ocasionada, principalmente, pela adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

## 14.3 - Despesas com vendas/serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda.

DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS	31/03/21	31/03/20
Remuneração de unidades terceirizadas	(12.395)	(15.703)
Perdas com clientes	(41)	(8)
Provisão/reversão de perdas	(10.780)	(6.611)
Propaganda, publicidade e patrocínio	(70)	1.735

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS	31/03/21	31/03/20
Multas contratuais de clientes e outros	(2)	(3.594)
<b>TOTAL</b>	<b>(23.288)</b>	<b>(24.181)</b>

#### 14.3.1 - Provisão de perdas

O acréscimo na rubrica, deve-se ao acréscimo na estimativa de perda para saldos a receber de longa data das contas internacionais.

#### 14.4 - Despesas gerais e administrativas

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	31/03/21	31/03/20
Pessoal	(576.168)	(478.999)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(472.171)	(478.999)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(103.997)	-
Precatórios	(74.313)	(40.881)
Contingências	(66.455)	(80.441)
Pós-emprego	(55.758)	(43.805)
Constituição/reversão de provisão para perdas	(26.070)	(2.347)
Depreciação/amortização	(15.626)	(11.244)
Perdas	(3.790)	(2.018)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e	(428)	(514)
Impostos, taxas e contribuições	(158)	(914)
Acordo judicial	(12)	(3)
Provisões - CorreiosSaúde	-	(4.861)
<b>TOTAL</b>	<b>(818.778)</b>	<b>(666.027)</b>

#### 14.4.1 - Pessoal

O acréscimo das despesas de pessoal no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, à despesa com o incentivo financeiro devido aos empregados que aderiram ao primeiro ciclo do PDI/2020, cujos desligamentos ocorreram em fevereiro de 2021.

#### 14.4.2 - Precatórios

A variação nas despesas reconhecidas no 1º trimestre de 2021 e de 2020 refere-se ao acréscimo nas demandas trabalhistas neste exercício.

#### 14.5 - Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31/03/21	31/03/20
Reversão - Provisão de Benefício Pós-Emprego	75.390	-
Multas aplicadas a fornecedores	17.117	15.740
Multas aplicadas a clientes	5.831	7.711
Taxa mensal de franquia - AGF	5.010	4.465
Taxa inicial de franquia - AGF	842	-
Recuperação de perda - REFIS	213	2.326
Despesas Recuperadas/(-) Receitas canceladas	(7)	269
Outros	8.729	1.882
<b>TOTAL</b>	<b>113.125</b>	<b>32.333</b>

#### 14.5.1 - Reversão - Provisão de Benefício pós-emprego

Corresponde, principalmente, à realização parcial da provisão do benefício pós-emprego saúde.

#### 14.6 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/03/21	31/03/20
Prejuízos na alienação de bens	(1.830)	(1.042)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.830)</b>	<b>(1.042)</b>

#### 14.7 - Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	31/03/21	31/03/20
Varição cambial	135.658	321.109
Varição monetária	7.244	2.741
Receita de juros	3.643	12.073
Pagamento a valor presente	3.075	57
Rentabilidade de aplicações financeiras	2.353	8.573
Receitas de descontos	1.259	3.596
Outras	40	51
<b>TOTAL</b>	<b>153.272</b>	<b>348.200</b>

##### 14.7.1 - Receita de variação cambial

A redução na rubrica deve-se, principalmente, à variação da valorização do DES (Direito Especial de Saque - moeda utilizada nas relações postais internacionais) no 1º trimestre de 2021, de 8,4%, comparativamente a do 1º trimestre de 2020 de 27,3%.

##### 14.7.2 - Receita de juros

A queda na receita de juros deve-se ao desreconhecimento da imunidade tributária - PIS/COFINS em 2020.

#### 14.8 - Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	31/03/21	31/03/20
Juros	(42.261)	(34.010)
Juros a transcorrer - bens de direito de uso - CPC 06 (R2)	(42.077)	(33.893)
Demais	(184)	(117)
Apropriação/atualização - AVP	(20.142)	(20.130)
Varição cambial	(9.174)	(24.311)
Encargos - financiamento da dívida interna (juros e IOF)	(3.873)	(8.473)
Multas	(2.302)	(2.023)
Taxa administrativa - cartão de crédito	(2.210)	(1.945)
Perdas nas aplicações financeiras	(1.391)	(119)
Despesas bancárias	(999)	(1.293)
Notificação de infração	(134)	(17)
Outros	(367)	(1.395)
<b>TOTAL</b>	<b>(82.853)</b>	<b>(93.716)</b>

#### 14.8.1 - Encargos - financiamento da dívida interna

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo, tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

#### NOTA 15 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a Empresa, imune ao IRPJ, apura apenas a CSLL à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, considerando a compensação de bases negativas.

Até março de 2021, a Empresa apresenta cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no valor R\$ 22.943. Já o tributo diferido está representado pela despesa de R\$ 11.672 que diz respeito em sua maior parte à constituição de ativos e passivos fiscais diferido detalhados nas [notas 15.1.1](#) e [15.1.2](#).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	31/03/21	31/03/20
Resultado antes do JSCP	321.531	368.954
(+/-) Ajustes Lei 12.973/2014	(3.923)	(15.684)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	317.608	353.270
Efeito do IRPJ e CSLL - alíquota vigente	(28.585)	(31.794)
Efeito sobre as diferenças permanentes	(223)	(1.106)
Efeito sobre as diferenças temporárias	(3.986)	(13.670)
Adições	(186.076)	(159.096)
Exclusões	182.090	145.426
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(32.794)	(46.570)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	9.851	13.971
IRPJ e CSLL correntes	(22.943)	(32.599)
CSLL diferida	(11.672)	(1.412)
Reversão de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(558)	(1.412)
Reversão de ativo fiscal diferidos sobre ajustes de RTT	(74)	-
Reversão do ativo de CSLL sobre base negativa	(9.833)	-
Reversão do ativo de CSLL sobre movimentações temporárias	(1.207)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(34.615)</b>	<b>(34.011)</b>

#### 15.1 - Tributos diferidos

##### 15.1.1 - Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, Saldo Negativo de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação). No patrimônio líquido foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e sobre despesas em apuração do resultado do exercício.

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/20	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	31/03/21
A - Sobre as movimentações	408.699	-	(11.114)	397.585
<i>Impairment</i> - terrenos	14	-	-	14

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
1º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/20	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	31/03/21
<i>Impairment</i> - prédios	2.950	-	(74)	2.876
Depreciação - custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	225.029	-	(1.207)	223.822
Bases negativas de CSLL	180.577	-	(9.833)	170.744
B - Sobre a movimentação reconhecida em outros resultados abrangentes	478.461	18	-	478.479
Benefício pós-emprego plano saúde	-	-	-	-
Benefício pós-emprego Postalis BD	475.942	-	-	475.942
Perdas - aplicações VJORA	2.519	18	-	2.537
C - Sobre a movimentação em apuração do resultado do exercício	203	-	-	203
Perdas a Valor Justo - Propriedades p/Investimento	203	-	-	203
<b>TOTAL</b>	<b>887.363</b>	<b>18</b>	<b>(11.114)</b>	<b>876.267</b>

Do total revertido no 1º trimestre de 2021, a maior parcela, ou seja, R\$ 9.833 corresponde a reversão de ativo fiscal diferido sobre Base Negativa de CSLL de períodos anteriores, proveniente da compensação de CSLL utilizadas nesse trimestre. Nesse trimestre também foram revertidos o valor de R\$ 1.207 sobre a realização das provisões e perdas estimadas. Uma parcela da CSLL diferida decorre dos ajustes da Lei nº 12.973/2014 reconhecida no resultado de 2014 foi revertida nesse trimestre no valor de R\$ 74.

Quanto aos tributos diferidos sobre outros resultados abrangentes, a constituição de R\$ 18 sobre perdas reconhecidas a valor justo sobre investimentos (FINAN/FINOR).

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

Decorrente do reconhecimento das perdas apuradas na adoção inicial da mudança facultativa da política de avaliação das propriedades para investimentos conforme preceitua o CPC 28, constituiu-se a CSLL diferida a partir dos registros realizados na apuração de resultado do exercício.

#### 15.1.2 - Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, da propriedade para investimento e de ativos não circulantes mantidos para venda. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

A Empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.



TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/20	CONSTITUIÇÃO	REALIZAÇÃO	31/03/21
A - Das movimentações diferidas no PL	361.943	36	(96)	361.883
Ajuste de Avaliação Patrimonial - custo atribuído	330.451	36	-	330.487
Ajuste de ganho em investimentos - VJORA	546	-	(96)	450
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	30.946	-	-	30.946
B - Das diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014	45.588	558	-	46.146
Depreciação de bens operacionais	45.588	558	-	46.146
<b>TOTAL</b>	<b>407.531</b>	<b>594</b>	<b>(96)</b>	<b>408.029</b>

## NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis do 1º trimestre de 2021, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde - Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	<a href="#">7.1</a> e <a href="#">11.11</a>
Postalís - Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	<a href="#">11.2</a> , <a href="#">11.3</a> e <a href="#">11.5.2</a>

### 16.1 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

### 16.2 - Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora - Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros das **notas [7.1](#) e [11.11](#)**.

### 16.3 - Transações com o Postalís

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As **notas [16.2](#), [16.3](#) e [16.5.2](#)** apresentam as transações ocorridas com o Postalís.

## NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQUENTES

### 17.1 - Programa Nacional de Desestatização (PND)

Em 14 de abril de 2021 foi publicado o decreto no qual os Correios foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND). A inclusão da Empresa foi recomendada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) em reunião ocorrida em março de 2021, após a primeira fase dos estudos para a desestatização.

A segunda fase dos estudos segue ao longo de 2021 sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e detalhará o modelo de desestatização aprovado pelo CPPI de alienação de controle societário (venda de parcela majoritária das ações e transferência do controle para o privado) em conjunto com a concessão dos serviços postais universais. A desestatização dos Correios depende ainda da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei 591/21 que quebra o monopólio e regulamenta a abertura do setor postal à iniciativa privada.

Em 05 de agosto de 2021 o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto base do Projeto de Lei 591/21. Após a passagem pela Câmara, o projeto vai para o Senado e depois à sanção presidencial.

Florian Peixoto Vieira Neto  
Presidente

Danilo Cezar Aguiar de Souza  
Diretor de Administração

Heronides Eufrásio Filho  
Diretor de Gestão de Pessoas

José Eduardo Leal de Oliveira  
Diretor de Governança

Alex do Nascimento  
Diretor de Negócios

Carlos Henrique de Luca Ribeiro  
Diretor de Operações

Heglehyschynton Valério Marçal  
Diretor de Gestão Estratégica, Tecnologia e Finanças

Hudson Alves da Silva  
Contador - CRC/DF  
014.022/O-9

